

oito sessões plenárias destinadas a estas últimas. No decurso das sessões plenárias e no período de antes da ordem do dia, os deputados apresentaram um total de 341 intervenções sobre assuntos relativos à política habitacional, transportes públicos, saúde, educação economia, cultura, protecção ambiental, administração pública, formação de quadros qualificados e garantia de direitos e interesses laborais. Por outro lado, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas e a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública acompanharam todas as matérias importantes na área da acção governativa e respectivas leis aplicáveis, elaborando 14 relatórios e devidos pareceres.

A transmissão e auscultação de opiniões, propostas e críticas de diversa natureza formuladas pelos residentes, bem como a resposta atempada às demandas sociais aos requerimentos apresentados pela população constituem também atribuições do órgão legislativo. No decurso da sessão legislativa em curso, a Assembleia Legislativa continuou a reforçar o serviço de atendimento rotativo ao público por deputados, tendo 50 residentes sido atendidos presencialmente e 169 residente apresentaram à Assembleia Legislativa as suas opiniões e propostas por via telefónica e correio electrónico, entre outras. Para além disso, houve ainda residentes e associações que apresentaram, sucessivamente, ao longo desta sessão legislativa, três petições, que foram alvo do devido seguimento, consoante os termos concretos de cada caso.

Êxito na Execução das Leis contra Corrupção Melhor Aplicação do Erário Público Promovida pela Auditoria



Em 2018, o Comissariado contra a Corrupção (adiante designado por CCAC) desenvolveu as acções contra a corrupção de forma metódica e, após a realização de um balanço das experiências acumuladas do passado, aperfeiçoou a forma de execução da lei, reforçando as respectivas técnicas, actualizando os equipamentos e optimizando a gestão do seu pessoal. Foram alcançados os resultados pretendidos tanto no âmbito do combate à corrupção como no que respeita à cooperação a nível regional. No âmbito da provedoria de justiça, as funções de fiscalização do funcionamento dos serviços públicos foram exercidas com empenho e, relativamente aos casos que colocaram em causa o interesse público de relevante importância, foram realizados inquéritos e divulgados os respectivos relatórios de investigação. Foram utilizados, simultaneamente, os meios de comunicação social tradicionais e as plataformas disponíveis na Internet por forma a alargar a área de cobertura das acções de sensibilização sobre a integridade. Continuaram também a ser desenvolvidas acções de intercâmbio com o exterior, com vista à promoção do intercâmbio e cooperação com instituições relevantes aos mais diversos níveis.

Em 2018, o CCAC recebeu um total de 733 queixas e denúncias, das quais 141 foram da área do combate à corrupção, enquanto 592 da área da provedoria de justiça. Até final do ano, foi concluída a investigação de 889 casos pelo CCAC. Relativamente aos casos de natureza criminal, foi concluída a investigação de um total de 180 casos, tendo os mesmos sido encaminhados para o Ministério Público ou arquivados. No âmbito da provedoria de justiça, 709 casos foram dados por concluídos e arquivados. A par disso, o CCAC recebeu 1171 pedidos de consulta e de informação sobre diferentes matérias, sendo 728 relacionados com matéria criminal e 443 relacionados com matéria administrativa.

No que se refere às acções de sensibilização, o CCAC deu continuidade à realização das diversas acções da sensibilização para a integridade. Em 2018, foram organizadas 476 palestras e colóquios, contando com a participação de 23.443 pessoas, dirigidas essencialmente aos trabalhadores da função pública, membros de associações, empregadores e trabalhadores de estabelecimentos comerciais, jovens e estudantes do ensino secundário e primário. No mesmo ano, o CCAC lançou pela primeira vez um livro ilustrado, destinado à relação pai-filho, sobre integridade, intitulado "O Último Prémio para o Dentolas", e realizou ainda uma série de actividades de sensibilização. Por outro lado, tendo em conta os hábitos dos trabalhadores do sector educativo no que respeita à utilização de material de educação moral, o CCAC implementou a página electrónica intitulada "Banco de Recursos Educativos sobre Honestidade", facilitando a pesquisa dos trabalhadores do sector educativo relativamente aos recursos educativos do CCAC sobre honestidade.

As delegações do CCAC na Areia Preta e na Taipa continuaram a desenvolver as suas funções relativamente à promoção comunitária e à recepção de queixas e denúncias. Em 2018, o número de queixas ou denúncias, e de pedidos de consulta e de informação recebidos nestas duas delegações totalizou 940.

Quanto ao intercâmbio com o exterior, o CCAC enviou delegações para realizarem visitas à Comissão Nacional de Supervisão, à Suprema Procuradoria Popular, ao Ministério da Segurança Pública, ao Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho do Estado, ao Departamento de Segurança Pública da Província de Zhejiang e ao Colégio da Polícia de Zhejiang. Uma delegação do CCAC deslocou-se também a Portugal para visitar o Ministério da Justiça, a Provedoria de Justiça, o Instituto dos Registos e do Notariado, a Embaixada da República Popular

da China em Portugal e a Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa; a Hong Kong para participar na Cerimónia de Entrega dos Prémios da Provedoria de Justiça 2018, e a Viena para participar nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; Para além disso, o CCAC enviou também pessoal a Shenyang, província de Liaoning, para participar na 3.ª Conferência Académica Internacional sobre Investigação Criminal e Ciência Forense. Da mesma forma, foram recebidas pelo CCAC diversas delegações da Procuradoria Popular da Província de Guangdong, do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Governo Popular da Província de Jiangsu, do curso de formação avançada em Hong Kong e Macau para funcionários do Governo Popular da Cidade de Changzhi, província de Shanxi, da Procuradoria-Geral da República Democrática de São Tomé e Príncipe, da Procuradoria-Geral da República de Timor-Leste, da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura e do Government Inspectorate do Vietname, entre outros, trocando-se experiências profissionais e aprofundando as relações de cooperação mútua.

Em articulação com o desenvolvimento da tecnologia da informação, o CCAC, em 2019, otimizará os equipamentos técnicos necessários para a execução da lei, fortalecerá a formação profissional do seu pessoal, com o objectivo de aumentar ainda mais a eficácia dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do combate à corrupção; além disso, fiscalizará, de forma abrangente, os procedimentos relativos à eleição para o quinto mandato do Chefe do Executivo, com vista a assegurar uma eleição justa, imparcial e íntegra. Por outro lado, continuará a acompanhar, com atenção, os temas que colocam em causa o interesse público de relevante importância, instaurando, sempre que tal for necessário, os respectivos inquéritos e propondo a introdução de eventuais necessárias melhorias, fortalecerá a ligação e a cooperação com os serviços públicos, no sentido de elevar a eficácia relativa à prevenção de crimes funcionais e da prática de ilegalidades administrativas; insistirá também na actualização das estratégias relativas às acções de divulgação da integridade e no aprofundamento das acções de sensibilização dirigidas a todos os níveis sociais; procurará expandir ainda o contexto em que se desenvolve o intercâmbio e a cooperação internacional e regional.



Em 2018, o Comissariado da Auditoria (CA) divulgou quatro relatórios, incluindo dois relatórios de auditoria de resultados (Gestão do acervo bibliográfico da rede de bibliotecas públicas e Planeamento e implementação do Governo Electrónico), um relatório de auditoria específica (Sistema de Metro Ligeiro - 4.º relatório) e o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2017.

O relatório de auditoria de resultados "Gestão do acervo bibliográfico da rede de bibliotecas públicas" foi realizado com o objectivo de determinar a eficácia do modelo de gestão dos procedimentos de tratamento documental (que decorrem desde a recepção dos livros adquiridos pelo Instituto Cultural até à sua disponibilização para requisição), o ambiente no local de depósito de livros, se estes se encontram bem conservados e guardados e se existem critérios adequados para a selecção dos livros a juntar à colecção.

Até ao fim de Maio de 2017, existiam cerca de 100 mil documentos "registados mas não catalogados ou em vias de arrumação", a maioria encontrava-se nesse estado há mais de cinco anos, havendo alguns que se encontravam no referido estado há mais de 17 anos. Além da acumulação, a má qualidade do ambiente no Depósito Central e a discordância nos procedimentos de selecção de livros também são os problemas que necessitam duma resolução definitiva e reforma profunda.

O relatório "Planeamento e implementação do Governo Electrónico" teve como objectivo avaliar se o planeamento e a implementação do Governo Electrónico realizados pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (adiante designada por SAFFP) foram devidamente levados a cabo, isto é, se houve uma boa ponderação e organização dos trabalhos no sentido de garantir que os referidos trabalhos foram executados de forma metódica e, bem assim, se os objectivos traçados por esse organismo público foram ou não atingidos.

Desde 2001 até 2016, o SAFFP investiu 237.346.502,41 patacas no desenvolvimento do Governo Electrónico, e elaborou um total de quatro planos para a sua implementação. Até 31 de Dezembro de 2016, dos 61 trabalhos que podiam ser objecto de avaliação em relação à sua execução, apenas 39 tinham sido concluídos, representando 63,93 por cento do total de trabalhos previstos, o que reflecte uma baixa taxa de execução. Relativamente aos restantes projectos - que, até à data referida, eram 22 -, 16 deles tinham sido propostos há mais de dez anos e ainda não tinham sido concluídos. O relatório de auditoria verificou por amostragem a execução efectiva do sistema de gestão de pessoal e do "ePass" criados pelo sujeito a auditoria, tendo-se constatado que os três módulos de gestão de pessoal apresentados em 2001 foram desenvolvidos de forma grosseira e imprudente, sem ter tido em conta as condições essenciais para sua elaboração, demorando 9 anos e 13 anos, respectivamente, a serem desenvolvidos para a sua implementação. No que diz respeito aos trabalhos de implementação do "ePass", quer o planeamento desta plataforma quanto aos seus destinatários, quer a elaboração de qualquer diploma legal que enquadrasse e regulasse esta plataforma, quer o número de contas individuais criadas não atingiram os seus resultados previstos.

O CA divulga o relatório de auditoria específica intitulado "Sistema de Metro Ligeiro - 4.º relatório", no qual, se constatou que, até Dezembro de 2017, só as obras da linha da Taipa foram concluídas. Esta linha tem uma extensão de 9,3 quilómetros, ou seja, equivale a 44,28 por cento do inicialmente planeado para o sistema do metro ligeiro. Por outro lado, quanto à linha de Macau, foram somente iniciadas obras preliminares da Estação da Barra. Relativamente

ao custo deste investimento, em 2007 previa-se que a 1.ª fase do metro ligeiro iria custar 4200 milhões de patacas, porém, em Setembro de 2012, o custo previsto aumentou exponencialmente para 14.273 milhões de patacas.

As principais verificações desta Auditoria apuraram que, desde o início das obras dos três segmentos da linha da Taipa, já tinham sido concedidas várias prorrogações do prazo contratual, de tal maneira que estas correspondem a um aumento de entre 95 a 111 por cento do prazo inicialmente estabelecido, havendo deficiências por parte do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes na apreciação dos pedidos de prorrogação e na coordenação e gestão dos trabalhos. O CA solicitou aos serviços relacionados com a área das obras públicas que reforcem os procedimentos de gestão de prazos em todas as obras em que estivessem envolvidos.

Como membro da delegação da China, o comissário da Auditoria, Ho Veng On, participou na 14.ª Assembleia Geral da Organização Asiática das Instituições Superiores de Auditoria (ASOSAI), que decorreu entre 19 e 22 de Setembro, na capital do Vietname, Hanói, e teve ocasião para trocar opiniões e impressões com a auditora-geral, Hu Zejun, com o então director-adjunto do Comissariado de Auditoria de Hong Kong, John N. C. Chu, e com dirigentes de outras instituições de auditoria participantes, sobre a temática da Assembleia Geral, a gestão e o desenvolvimento das instituições de auditoria. Entre 26 e 28 do mesmo mês, o Comissário participou, na qualidade de observador, na X Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP) que decorreu na cidade de Díli, em Timor-Leste, tendo partilhado impressões com os representantes das ISC presentes sobre o tema central "Impacto da Colaboração das Instituições Públicas e Privadas na Melhoria dos Trabalhos das Instituições Superiores de Controlo".

Para manter a boa comunicação com as instituições congéneres e acompanhar as mais recentes informações relativas à auditoria, o comissário da Auditoria, Ho Veng On, liderou as delegações para visita ao Gabinete de Auditoria Nacional (GAN) e ao Departamento de Auditoria da Província de Guangdong em Abril e Junho, respectivamente, nas quais trocou opiniões com a auditora-geral, Hu Zejun, e com o chefe do departamento, Lu Rongchun, sobre o desenvolvimento do actual programa informático de auditoria, o pleno desempenho de Macau no seu posicionamento como Plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa, a gestão de auditoria pública e a aplicação dos megadados na auditoria, bem como a cooperação bilateral no âmbito de formação de pessoal.

A convite da Sociedade de Auditoria da China, a delegação da Direcção dos Serviços de Auditoria participou no Seminário sobre a Teoria e Prática de Auditoria nas Duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau 2018 realizado em Agosto, em Ordos, na Região Autónoma da Mongólia Interior. Além de terem apresentado duas comunicações, os participantes do CA aproveitaram o seminário para se inteirar das mais recentes tendências nas actividades de auditoria.

Para elevar os conhecimentos profissionais do pessoal de auditoria, em 2018, o CA convidou vários especialistas do GAN e de Hong Kong para ministrarem cursos temáticos sobre a auditoria de responsabilidades do pessoal de direcção, os diplomas legais de auditoria, a auditoria de investimentos em obras públicas, a auditoria de sistemas informáticos e a Norma Internacional de Relato Financeiro 15, permitindo assim a actualização atempada do conhecimento de auditoria e o acompanhamento da situação de auditoria nas diferentes regiões, aplicados nos trabalhos

de auditoria com vista à execução mais eficaz das tarefas de auditoria.

No domínio de divulgação, o CA deu continuidade aos Encontros sobre a cultura de auditoria dirigidos a participantes dos cursos de promoção das Forças de Segurança, a trabalhadores recém-admitidos na Função Pública e a associações sociais para promover a aplicação adequada do erário público. No ano findo, o CA realizou um total de 25 sessões, com cerca de 900 participantes.

Julgamento Legal de Causas Judiciais Garante a Autonomia Judicial

Ministério Público Defende a Justiça do Estado de Direito



Processos tratados pelos tribunais das três instâncias

2018	Tribunal de Última Instância	Tribunal de Segunda Instância	Tribunal Judicial de Base (incluindo o Juízo de Instrução Criminal)	Tribunal Administrativo	Total
Processos entrados	121	1204	19,401	96	20,822
Processos findos	110	1219	19,971	1478	22,778
Processos pendentes	76	725	12,632	103	13,536